

Lógicas Imperiais e Processos Contemporâneos Analisando Algumas Memórias Coloniais recém- publicadas em Goa e em Portugal

Teotónio R. de Souza
Professor na Universidade Lusófona

Resumo: É uma análise das lógicas coloniais-imperiais portuguesas a partir de nove memórias publicadas em Goa e em Portugal. São cinco os autores goeses e quatro portugueses. Quaker delas já vem tarde para intervir e alterar o rumo. São pós-visões do passado, e o pós-visionismo põe em risco a capacidade de captar a contemporaneidade dos processos que acompanharam as lógicas imperiais. Mas acho que podem ter algum valor positivo de apanhar as implicações destes processos a longo prazo.

As transições e a continuidade merecem ser levadas em conta para avaliar melhor os processos que nos interessam e que não podem ser estudados validamente somente na sua contemporaneidade e isolados do seu passado e do seu futuro. É com esta perspectiva de “processos contemporâneos” que eu pensei em chamar a atenção para a utilidade das memórias “recém-publicadas” de alguns actores que participaram nesses processos. Quero deixar um caveat: São também armadilhas “montadas” e que nos podem distrair do verdadeiro caminho para a compreensão dos mesmos processos.

Abstract : This is an analysis of the Portuguese colonial-imperial logic. The analysis is based on nine recently published memoirs. They include five Goan authors and four Portuguese authors. This analysis comes obviously too late for any intervention in those imperial processes. The memoirs always look back and are exercises which often display reduced capacity of taking into account the full logic that

accompanied those processes. However, I believe that they can still serve to gauge the long term implications of those processes.

Transitions and continuity need to be taken into account to better assess the processes that interest us here. They cannot be validly analysed only in the time-space context in which they took place, or in isolation from their background and subsequent effects. It is in this perspective that I choose to analyse the «contemporary processes» and I consider it still useful to analyse the memoirs of some participants in those processes. I wish however to leave a *caveat*: We need also to watch out for the traps that these memoirs can embody to distract us from the truth.

Palavras-Chave: Lógicas coloniais-imperiais portuguesas, autores goeses, colonização

Para começar, quero esclarecer as minhas percepções de lógicas imperiais e de processos contemporâneos, bem como as linhas metodológicas de análise que proponho de algumas memórias coloniais recém-publicadas em Goa e em Portugal. Estamos a tentar analisar as lógicas imperiais tarde demais para serem de qualquer utilidade para intervir nelas e alterar-lhes o rumo. A maior parte das memórias que proponho analisar são pós-visões do passado. O pós-visionismo põe em risco a capacidade de captar a contemporaneidade dos processos que acompanharam as lógicas imperiais. Mas acho que podem ter algum valor positivo ou alguma vantagem de apanhar as implicações destes processos a longo prazo.

As transições e a continuidade merecem ser levadas em conta para avaliar melhor os processos que nos interessam e que não podem ser estudados validamente somente na sua contemporaneidade e isolados do seu passado e do seu futuro. É com esta perspectiva de «processos contemporâneos» que eu pensei em chamar a atenção para a utilidade das memórias «recém-publicadas» de alguns actores que participaram nesses processos. Quero deixar um *caveat*: São também armadilhas “montadas” e que nos podem distrair do verdadeiro caminho para a compreensão dos mesmos processos.

Nesta minha análise, vai ficar de fora uma componente importante dos «processos» e sem ela as «lógicas imperiais» não podem ser devidamente processadas. É a componente económica. Os objectivos das lógicas imperiais e as resistências às tais lógicas requerem uma análise séria da componente económica. Tenho em curso um estudo das condições económicas da sociedade

goesa na época que nos interessa e tentar compreender o desinteresse ou a incapacidade das lógicas imperiais no «desenvolvimento» económico da sociedade goesa. É neste contexto que a transição desta sociedade em termos económicos desde 1961 para cá nos poderia ajudar a estimar a importância de analisar os processos na sua continuidade. Mas isto terá que esperar para uma outra altura.

Império, escravatura, colonialismo, racismo são conceitos com muita carga negativa e de pouco ou nenhum agrado dos que são acusados de serem culpados das realidades que eles exprimem. Não é de surpreender se alguns investigadores e académicos ocidentais e movidos pelas suas sensibilidades nacionais e patrióticas procurem evitar a utilização destes conceitos ou aplicação deles aos seus regimes ou ao passado histórico dos países a que pertencem, ou que procurem encontrar definições para diluir a sua carga negativa. Assim, por exemplo, L. F. Thomaz, um historiador conceituado da expansão portuguesa, insiste em definir o «Estado português da Índia» como uma «rede» de relações políticas, sociais e comerciais, e não como «um império vulgar», que ele associa necessariamente e erradamente como jurisdição e controlo de um espaço geográfico significativo. Para confirmar as razões implícitas que o preocupam e às quais já fiz referência, Luís Filipe Thomaz tenta desculpabilizar o «império» português: «se era opressivo, o era por acidente e não por essência».¹

Talvez o «império-rede» dos Portugueses o torne mais co-natural com a tradição portuguesa de pesca, ou com a tradição nacional de futebol, e talvez ainda com o entusiasmo actual dos portugueses com as redes da *internet*. Mas nada disso convence que os recursos financeiros e humanos dos Portugueses lhes permitisse qualquer outro tipo de construção imperial que fosse extensiva a largos territórios e massas populacionais.² Segundo uma definição do professor Charles Boxer o império português era uma talassocracia, um «*shoe-string empire*», ou «império de atacadores de botas», um império marítimo e comercial de moldes militar e eclesiástico.³ Este tipo de império não tinha que ser necessariamente menos violento. Pelo contrário, sendo menos agarrado a grandes espaços territoriais e populacionais gozava de uma mobilidade maior para as suas operações volantes (*hit and run operations*), e era isto o que constituía a

¹ L.F. Thomaz, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Ed. Difel, 1994, pp. 207-243.

² Teotónio R. de Souza, «De Ceuta ao Japão: A rede imperial portuguesa» (Review Article), *Santa Barbara Portuguese Studies*, Vol. III, 1996, pp. 298-322.

³ C.R. Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825*, Middlesex, Pelican Books, 1973, p. 75, 149; *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825*, Oxford, Clarendon Press, 1963, pp. 2, 57-58.

essência da sua estratégia naval, registando-se casos de grande violência, enquanto os adversários ou defensores ficavam sem uma base fixa para seu alvo de retaliação. Não é difícil compreender os níveis exagerados de violência portuguesa como estratégia de intimidação ou dissuasão, porque eram numericamente poucos e tinham que agir em espaços muito distantes das suas bases e da metrópole. O caso de Israel no mundo árabe poderia representar um paralelo contemporâneo. Mesmo que queiramos concordar com as definições minimalistas e benévolas do «império» português, veremos na nossa análise as percepções da sua lógica ou lógicas, tais como eram entendidas pelos autores das memórias e por outros observadores ou comentadores contemporâneos.

Decidi escolher cinco memórias de goeses e quatro de portugueses. Entre os primeiros temos três católicos e dois hindus. Quatro deles participaram activamente e em vários níveis na luta contra o regime colonial português em Goa. O quinto, Pascoal Menezes, representa a classe empresarial goesa que beneficiou com o bloqueio económico da União Indiana, a partir de 1954, e com o contrabando que este bloqueio promoveu. É possível analisar proveitosamente as memórias de todos eles observando o seu funcionamento no contexto sócio-político que reinava em Goa após a independência da Índia em 1947. Sem um conhecimento profundo e pormenorizado dos cenários em que os autores destas memórias agiam, as suas observações e comentários farão pouco ou nenhum sentido à generalidade dos leitores. O mesmo se aplica aos escritos que nos deixaram alguns Portugueses que visitaram Goa com interesses e capacidades diferentes nas últimas duas décadas do regime colonial em Goa. Nesta categoria vou passar em revista *Adeus Goa Adeus Lisboa* de Joaquim Ribeiro Simões (Maia, Castoliva Editora, lda, 1986), *O fim dos séculos: Goa, Damão e Diu* de António Correia de Lima (Lisboa, Bertrand Editora, 1997), *Goa em 1956: Relatório ao Governo* de Orlando Ribeiro (Lisboa, CNCDP, 2000), e «*Dossier*» *Goa: A recusa de sacrifício inútil* (Coord. Botelho da Silva, Amadora, 1975) do General Vassalo e Silva, o último governador do império na Índia. Coloco-os na ordem cronológica dos seus contactos com a Índia. Os primeiros dois estiveram na Índia em comissão de serviço como tenentes-médicos.

Joaquim Ribeiro Simões, de Seixo da Beira, distrito de Coimbra, frequentou o Colégio Militar em 1934 a 1941, participou em cinco expedições (Índia, Guiné e Angola), incluindo duas para a Índia. Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1962), foi docente do Colégio Militar. Logo após a chegada a Goa, trava relações com Melina, uma estudante goesa de Direito em Bombaim. Ela estava de férias na

sua terra natal. Disse-lhe ela com muito à vontade: «Vai sendo tempo de vocês se irem embora. Quatrocentos anos chegam e sobram. Façam como os ingleses, deixem-nos em paz.»⁴ Mas são de interesse os comentários do autor acerca do assunto e as suas frequentes referências aos goeses e goesas «escuros», distinguindo-os talvez dos «pretos» africanos que na altura da sua estadia ainda prestavam serviços em Goa. Na falta das suas louras preferidas, ele só fazia excepção a algumas beldades goesas de «bustos frementes» e com «sedosos saris». Fazia parte da sua lógica imperial o que o Professor Boxer descreve numa análise polémica do racismo português como «*outdoor relief*» e império como bom espaço para descarregar os bastardos. O médico militar conseguiu sustentar aventuras românticas com uma católica e uma hindu em duas províncias diferentes e sem a Lacximi saber o que ele fazia com Helena! O seu vocabulário e estilo não deixam de revelar também alguma lógica colonial, mesmo quando ele se auto-proclama um democrata e anti-salazarista na sua própria terra. Vários comentários seus são reveladores da sua percepção da lógica imperial e dos complexos dos subordinados à mesma lógica: «A divisibilidade social e religiosa dos goeses, horizontal e vertical, nunca lhes permitiu a formação de uma frente política homogénea que pudesse enfrentar os dois adversários mais temíveis da sua verdadeira autonomia: Portugal e a União Indiana. Se o governo salazarista é o principal responsável histórico pelo decurso dos acontecimentos em Goa, enorme culpa pesa também sobre os próprios goeses, que não souberam organizar-se politicamente e transcender as inferioridades resultantes de um *processo* cultural anquilosado e arcaico, com forças sociais propensas à recíproca negação. A determinante geopolítica pode vir a ganhar um desafio de quase quinhentos anos porque os habitantes de Goa permanecem inertes e divididos, anulados por intestinas contradições.»⁵ Descreve o que viu numa madrugada ao passar pelo cais dos ferry-boats em Panjim: «Estendidos pelo areal fora, alinhados como em formatura viam-se dezenas e dezenas de traseiros de hindus defecando despreocupadamente como se estivessem utilizando as suas próprias retretes. Sem pressas, em tranquilo ritual. Com as mãos esquerdas iam limpando os escuros cus e lavavam-nos sem qualquer complexo, atrapalhação ou parcimónia».⁶ Descreve também os *curumbins* que viu numa estrada que leva a Margão: «Cruzamo-nos com indivíduos escuros todos nus com excepção do *langotim*, pedaço de trapo embrulhado a púbis e as vergonhas; mulheres também escuras,

⁴ Joaquim Ribeiro Simões, *op. cit.*, 28.

⁵ Joaquim Ribeiro Simões, *op. cit.*, 30.

⁶ *Ibid.*, p. 39.

com incontáveis manilhas nos pulso e brincos no nariz marcham atrás dos varões.»⁷ Narra uma cena impressionante no largo da Câmara de Margão: «Era uma imensa multidão formada maioritariamente por homens e mulheres hindus, mas com cristãos e maometanos de mistura. O cortejo dirigia-se a praia de Colvá onde seriam lançadas ao mar algumas cinzas do Gandhi... A polícia não podia nem sabia o que fazer.»⁸ A segunda vez que o tenente-médico voltou à Goa era já nos anos de *satyagraha* e do bloqueio indiano a partir de 1954. Viajou no mesmo barco que o Professor Pissurlencar, Director do Arquivo de Goa. Fez com ele um passeio até às pirâmides do Egipto. Refere mais de uma vez à opção que se devia dar aos Goeses para um referendo patrocinado pela ONU para decidirem o seu futuro político, mas está convencido que Salazar nunca o permitirá.⁹ É muito pertinente o parágrafo em que descreve a sua visita ao posto fronteiriço de Siquervale, acompanhando o capitão Santos Borges, dias depois de uma entrada dos *satyagrahis*. Era o mesmo capitão que capturou o Professor Jaime Fernandes e nesta mesma altura e a que nos referiremos em breve. Ouçamos o que registou o tenente-médico: «Os defensores, quase todos goeses, portaram-se com valentia, mantendo-se nos seus lugares. Absolutamente isolados, cercados por dezenas de homens também goeses, que disparavam as suas espingardas e metralhadoras, estes elementos da Guarda Fiscal comportaram-se com sangue-frio e galhardia. Em Lisboa, quase se desconhece a guerra surda mas persistente que aqui se vai travando. Guerra envergonhada, suja, que possivelmente será apagada dos compêndios de história».¹⁰ Deixa também uma informação que dificilmente terá sido contada por cá: «Vão surgindo alguns casos de deserção, que mantêm preocupadas as autoridades castrenses. Pelo menos dez elementos, entre os quais um furriel, fugiram das fileiras, pedindo acolhimento na União Indiana. Este fenómeno só pode ser explicado por uma análise sociológica global, que procure determinar as causas mais profundas. Quase todos os rapazes desertores eram militares bem comportados e de elevada capacidade profissional; apenas dois desertores por terem cometido faltas puníveis pelos regulamentos. Um deles deixou-se arrastar pelos encantos de certa beldade goense, oriunda de abastada família sedeadada em Bombaim. Quanto ao furriel, técnico de minas e explosivos, cansou-se da disciplina nas fileiras e não quis mais servir o exército que recebia ordens de Salazar.»¹¹

⁷ *Ibid.*, p. 46.

⁸ *Ibid.*, p. 48.

⁹ *Ibid.*, 136-140.

¹⁰ *Ibid.*, p. 172.

¹¹ *Ibid.*, p. 193.

António Correia de Lima é o outro médico militar que viveu a fase final do regime colonial em Goa e chegou a prestar serviços no acampamento dos prisioneiros de guerra portugueses em Goa após a ocupação de Goa pelas forças armadas da União Indiana, em 1961. Descreve o assalto armado pelos guerrilheiros da *Azad Gomantak Dal* ao posto policial de Betim, na outra margem de Panjim. Deu assistência na cirurgia a dois dos cinco polícias que sobreviveram ao ataque.¹² António Correia de Lima refere-se a dois grupos de opositoristas políticos em Goa: «Os que queriam Goa portuguesa, mas com maior autonomia, com a criação daquilo que se poderia chamar o Estado Português Independente da Índia. E os que queriam pura e simplesmente, a sua integração na União Indiana. Isto a um certo nível, porque a maioria do povo goês era indiferente, não queriam nada».¹³ Mais adiante, cita uma conversa entre alguns oficiais portugueses que tinham entrado em contacto com os anti-situacionistas que pretendiam uma maior autonomia para saber se estavam dispostos a tomar conta do território sob o ponto de vista administrativo e financeiro, mas sob a égide de um governador geral português. Mas, como se nota no livro, eram conversas regadas com goles de uísque, e o próprio autor tinha-se ainda esquecido que tinha o copo na mão!¹⁴ Gilberto Freyre, durante a sua visita a Goa, em Novembro de 1951, numa conferência que proferiu no Instituto Vasco da Gama, lamentava a falta de vontade política em Portugal para reconhecer a capacidade dos goeses para a governação do seu Estado. Gilberto Freyre não via nenhuma necessidade de enviar governadores gerais de Portugal e que era «justo que uma Província portuguesa de grande número de pessoas cultas e inteligentes como é a Índia, se julgue com o direito de ser uma quase-nação e não mais uma sub-nação».¹⁵

Orlando Ribeiro, o eminente geógrafo português e um entusiástico adepto do «lusotropicalismo» de Gilberto Freyre, esteve em Goa numa missão de estudo de Outubro de 1955 a Fevereiro de 1956. Dirigiu um relatório a Salazar em 1956, e que só no fim do milénio veio a ser publicado. Deixou a sua análise da lógica ou falta de lógica imperial em Goa. Depois de ter estudado a maior parte das outras províncias ultramarinas portuguesas, chegou a afirmar o seguinte: «Esta (Goa) apareceu aos meus olhos como a terra menos portuguesa de todas as que vira até então, menos portuguesa do que a Guiné, pacificada em 1912!».¹⁶

¹² *O fim dos séculos*, pp. 176-179.

¹³ *Ibid.*, p. 236, 267.

¹⁴ *Ibid.*, pp. 268-269.

¹⁵ *Aventura e Rotina*, p. 289. Cf. Teotónio R. de Souza, *Gilberto Freyre na Índia e o "Luso-Tropicalismo Transnacional"*, Lisboa, CEPESA, Sociedade de Geografia de Lisboa, 2001.

¹⁶ Orlando Ribeiro, *op. cit.*, p. 64.

Lamenta a falta de interesse em Portugal pelas línguas e cultura da Índia e a sua ausência nos currículos escolares na formação superior, resultando na incapacidade de aprofundar a ligação histórica e cultural com a Índia que lançou as bases da grandeza ultramarina portuguesa.¹⁷

Se estamos a falar de processos contemporâneos, acho que não afastamos muito das lógicas imperiais do passado. Custa-me acreditar que muitos projectos científicos em Portugal hoje continuem a carecer a base linguística essencial para os estudos do Oriente. Não sei se nunca ocorre a estes mesmos investigadores e às autoridades públicas e Fundações que os apoiam como avaliariam algum estudo da sociedade portuguesa conduzido sem conhecimento suficiente da língua portuguesa. Somente o complexo de superioridade colonial pode ainda permitir que a mesma lógica não seja válida para os estudos das sociedades das ex-colónias. Não quero acreditar que seja assim, e que seja unicamente uma lógica de menor esforço. Numa oportunidade que tive de estar com as autoridades da Universidade de Goa, avancei uma sugestão: que não se deveria dar apoio institucional a qualquer projecto de investigação da sociedade goesa sem assegurar que o investigador viesse provido ou estivesse disposto a submeter-se a um teste oficial de conhecimento de língua Concani e / ou de língua Marata.

Voltando ao autor de *O fim dos séculos*, ele diz-nos que privava com o Governador Vassalo e Silva e que chegou a ver o célebre telegrama de Salazar que não previa tréguas, nem portugueses prisioneiros ou rendidos. Que só podia haver soldados e marinheiros vitoriosos ou mortos. Convinha ao ditador que a luta se mantivesse pelo menos oito dias, período necessário para o seu governo mobilizar, em último recurso, instâncias internacionais. Estava convencido que Deus não haveria de permitir que o destinatário dessas instruções superiores fosse o último Governador do Estado da Índia.¹⁸ Referindo-se a uma conversa com o Governador, cita-o para afirmar que, nos últimos três anos da sua governação, tinha conseguido transformar a receita do minério exportado numa fonte importante de divisas estrangeiras do Estado da Índia, de maneira a exceder

¹⁷ *Ibid.*, pp. 102-112.

¹⁸ *Ibid.*, pp. 298-297. Está conforme com o texto do telegrama citado pelo General Vassalo e Silva no seu “*Dossier*” Goa, p. 88. Não foi diferente a política de Salazar quando Macau era ameaçada pela China em 1966, em plena Revolução Cultural. O governador de Macau também recebeu uma ordem para resistir até ao fim. O documento escrito à mão pelo próprio Salazar ao brigadeiro Nobre de Carvalho em 14 de Janeiro de 1967 dizia: “Não temos aí forças para bater as forças chinesas – seria uma impossibilidade”, mas o objectivo fixado aos militares é o de “garantir a ordem e lutar até ao extremo limite pela dignidade e pela soberania nacional.” E rematava: “Confiamos aqui em que em caso de necessidade todos cumprirão o seu dever, mesmo com os maiores sacrifícios”. Mas Lisboa acabou por autorizar o governador de Macau a aceitar o ultimato. Talvez Lisboa se tenha convencido que as patacas de Macau cheiravam melhor e prometiam mais.

as receitas do próprio Estado Português! Nunca se ouviu isso nos discursos de Salazar que continuou a repetir que Goa não tinha qualquer valor ou viabilidade económicos. Defendeu sempre que os interesses portugueses eram puramente morais.¹⁹ O «*Dossier*» Goa do Governador Geral que fez o seu melhor para dar atenção ao desenvolvimento económico e à cultura portuguesa ao nível popular em Goa, depois de décadas e séculos de descuido, reagiu da seguinte forma a alguns discursos lusófonos que se ouviam nos meios da comunicação portugueses nos últimos dias do regime: «Mas a realidade não é o passado glorioso, mas o decadente presente de um colonialismo obscuro de que terras e gentes anseiam por libertar-se.»²⁰ Tive a oportunidade de receber o General Vassalo e Silva como Director do *Xavier Centre of Historical Research* quando ele voltou a Goa, em 1980, como convidado do Governo da Índia.

Passemos, agora, aos registos das memórias publicadas de alguns Goeses: Dr. P.D. Gaitonde (1913-1996), formado na Escola Médica de Goa e com curso de cirurgia em Lisboa, que era um médico conceituado em Goa. Durante um jantar oficial de despedida ao juiz Semedo, em 17 de Fevereiro de 1954, um dos convidados referiu a Goa como parte de Portugal e o Dr. Gaitonde reagiu espontaneamente com «eu protesto». Isto bastou para ele ser preso e ser deportado para Portugal juntamente com a sua esposa, de naturalidade portuguesa. A prisão agitou a opinião pública indiana, e o governo da Índia sentiu-se obrigado a apresentar um protesto formal na legação portuguesa em Nova Deli. Dr. Gaitonde era amigo pessoal de Jawaharlal Nehru que com ele se aconselhava sobre a questão de Goa. Iniciaram-se distúrbios que levaram um bando de «combatentes de liberdade» a ocupar Dadra e Nagar Haveli, bem como ao recomeço da campanha de *satyagraha* que tinha sido iniciada pelo político socialista indiano Ram Manhoar Lohia em Margão, em 18 de Junho de 1946. A resposta portuguesa foi com metralhadoras, contra os *satyagrahis* desarmados, incluindo senhoras. Uma campanha de repressão de liberdades civis dentro de Goa, julgamentos sob tortura pela PIDE e o seu Tribunal Militar, deportações dos prisioneiros políticos selectos para Peniche, levou o governo da União Indiana a impor um bloqueio económico a Goa. As reportagens da violência portuguesa pelos jornalistas americanos que acompanhavam os *satyagrahis*, em 1955, para marcar 17 de Fevereiro como «Dia Gaitonde» e noutras ocasiões, bem como um encontro de Nehru com o Papa Pio XII, no Vaticano, levaram as autoridades portuguesas a serem cautelosos com a opinião internacional e libertar o

¹⁹ Vassalo e Silva, *op. cit.*, p. 38.

²⁰ *Ibid.*, p. 92.

Dr. Gaitonde. O médico regressou a Bombaim para retomar a sua participação activa no movimento da libertação ao mais alto nível da diplomacia da União Indiana até vir a representar Goa no Parlamento indiano.

Entre várias outras obras sobre o movimento da libertação de Goa, publicou *The Liberation of Goa: A participant's view of History* (Oxford University Press, 1987). Morreu na Inglaterra onde tinha fixado a sua residência. Uma entrevista sua com Manuel Sertório, um seguidor brasileiro do General Humberto Dalgado, foi publicada na revista *História*, de Abril de 1997, em que se conta como o Dr. Gaitonde teve responsabilidade na preparação dos seminários afro-asiáticos em Casablanca e em Nova Deli, em 1961, para mobilizar a opinião internacional contra o colonialismo português na Índia e na África. Mas, na sua primeira visita a Nehru, em Nova Delhi, em Agosto de 1953, apesar da relutância de Nehru em ouvir queixas de um goês sobre o «caso de Goa», Dr. Gaitonde conseguiu transmitir-lhe que não tinha ambições políticas e que a grande maioria da população goesa tinha interesse na integração de Goa na União Indiana, com a excepção talvez de umas 200 famílias privilegiadas, cujas vozes, e somente as suas, eram ouvidas pelo mundo fora e exploradas pela diplomacia portuguesa. Dr. Gaitonde tentou convencer Nehru dos problemas que o contrabando de ouro e outros produtos podiam criar para a economia da Índia. Contou-lhe como ele tinha tratado um doente que tinha engolido três correntes de ouro para escapar às alfândegas. No fim da entrevista Nehru aconselhou-o a ter paciência porque a União Indiana tinha outros problemas mais urgentes para resolver.²¹ Foi então que Dr. Gaitonde se aproximou de Peter Alvares, um dirigente sindicalista de naturalidade goesa (Parrá, 1908-1975) na União Indiana e um dos líderes principais do Partido do Povo Socialista (*Praja Socialist Party*), para que ele ajudasse a montar em Goa uma organização capaz de coordenar as actividades de conscientização política.²² Para isto, pediu-lhe que disponibilizasse pessoal experiente para funcionar em clandestinidade dentro de Goa. Dr. Gaitonde disponibilizou-se para pagar os salários do pessoal.²³ Nestas actividades clandestinas, Dr. Gaitonde tinha apoio de algumas personalidades goesas bem colocadas na vida social e profissional de Goa. Entre eles, contava-se o Advogado Apa Gopal Kamat (1917-1990) [foi presidente da assembleia do governo eleito de Goa entre 1968-1972], Pandurang Mulgaonkar [advogado que esteve preso,

²¹ P.D. Gaitonde, *op.cit.*, 72.

²² António dos Mártires Lopes, *Goa, Criação de Portugal*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1956, pp. 11-12: Transmite uma versão colonialista de *satyagraha*. O percurso político deste senhor e outros colaboradores goeses fica ainda por ser estudado.

²³ Gaitonde, *op. cit.*, p. 74.

de 1954 a 1959, por participar no *satyagraha* e dirigir o movimento pacífico de libertação] e Dr. José Francisco Martins.²⁴ Todos juntos estabeleciam pontes de ligação entre a organização de Peter Alvares e os voluntários rurais para o movimento de libertação dentro de Goa.

In Quest of Freedom (Em busca da liberdade) de Jaime Fernandes foi publicada por mim em 1990. O autor é hoje um professor aposentado do ensino superior em Goa. No seu livro, recorda o idealismo que levou os jovens goeses a sacrificar o seu futuro, ou talvez fosse o desespero da juventude de Goa rural sem futuro, que os motivava para arriscar suas vidas. A sua descrição dos pormenores do combate pela libertação deixa bem claro quanto sofreram muitos adeptos, em geral pouco conhecidos e celebrados, no movimento da libertação de Goa. Jaime Fernandes, de Assonorá no distrito de Bicholim ao norte de Goa, nasceu em 1933. Tinha 20 anos quando decidiu ser um *satyagrahi* e responsabilizar-se como sócio do Congresso Nacional de Goa pela organização e recrutamento de voluntários para o movimento clandestino de protestos pacíficos, dentro de Goa, e a partir das bases no outro lado da fronteira, sob a direcção política de Peter Álvares. Jaime Fernandes passou quatro anos e meio nas celas das prisões em Goa até o Governo de Goa decidir que não havia espaço suficiente nas cadeias para a população prisional inofensiva. Era também uma resposta às críticas internacionais. As visitas de sociólogos, como Gilberto Freyre,²⁵ ou de jornalistas, como Émile Marini,²⁶ tinham sido promovidas pelo Estado português para ajudar a criar uma opinião internacional mais compreensiva da posição política de Portugal «ultramarino», mas isso não tinha sempre resultado em contornar a conjuntura política internacional de hostilidade aos últimos vestígios do colonialismo europeu.

In Search of Self-Fulfilment (À procura de auto-realização) do médico, Dr. José Francisco Martins, leva um Prefácio do Professor Jaime Fernandes. Dr. Martins fez os estudos secundários do liceu e de inglês, e estudou medicina como estudante-trabalhador dando aulas numa escola privada de inglês. Continuou a formação de cirurgia em Bombaim. Voltou à sua aldeia, em Goa, onde estabeleceu uma escola de inglês e começou a sua prática de medicina. Ambas ocupações davam-lhe oportunidade para promover o seu interesse pela libertação política de Goa. Foi-lhe confiada por Dr. P. Gaitonde a responsabilidade de coordenar

²⁴ José Francisco Martins, *In search of self-fulfilment*, Panaji, 1997. Registo de suas memórias e participação na luta contra o regime colonial português na Índia.

²⁵ Gilberto Freyre, *Aventura e Rotina*, Lisboa, Livros do Brasil Limitada, 1959, pp. 260-312.

²⁶ Emile Marini, *Goa, tal como a vi*, Lisboa, União Gráfica, 1956. Edições francesa, inglesa e italiana forma publicadas ao mesmo tempo com o apoio do Estado português.

o movimento de libertação e, após a prisão de Dr. Gaitonde, a sua casa tornou-se o centro de actividade clandestina. Dr. Martins e a maioria dos líderes do movimento foram presos em 1954, em antecipação da comemoração que planeavam da memorável data de 18 de Junho de 1946 em que se tinha iniciado, em Margão, o movimento de protestos pacíficos sob a direcção do político indiano Ram Manohar Lohia. Desde então até 1954, o movimento tinha ficado dormente por falta de organização. O livro de Dr. Martins conta-nos do quotidiano da prisão na fortaleza de Aguada. Tanto o Professor Jaime como o Dr. Martins não se esquecem de louvar a atitude geralmente compreensiva e benevolente das autoridades policiais metropolitanas²⁷, mas sentiram-se quase sempre maltratados pelos médicos e polícias naturais. São os preconceitos sociais dos naturais, e o seu complexo de agradar às autoridades coloniais por razões de medo ou para impressionar e ganhar louvores e benefícios. Nas palavras do Dr. Martins: «*Goans, however high the post they occupied, were mentally slaves to a system which did not allow them room to think and to act freely. They were suffering from a fear complex – loss of job, and, ultimately, the bogey of imprisonment which would make them lose face in society, which was based on false values*». ²⁸ É interessante a referência que faz à proposta de Adv. Bruto da Costa, Dr. António Colaço e alguns outros goeses notáveis de Margão para os dirigentes *satyagrahis* divulgarem ao público goês o interesse pela opção política do outro grupo, ou seja, autonomia para Goa mantendo ligação com Portugal. A aristocracia goesa de Margão não se sentia capaz de assumir o risco de serem presos. Queriam atingir os seus objectivos políticos, instrumentalizando os que já tinham sofrido cinco anos de prisão pelo seu ideal de integração na Índia²⁹. Dr. Martins continua a sua narrativa das divisões políticas entre os Goezes, incluindo os próprios «combatentes da liberdade». A democracia partidária era uma nova experiência política para todos e continua a ser uma desilusão para os

²⁷ *In Search of Fulfilment*, p. 165-166

²⁸ *In Search of Fulfilment*, pp. 80, 164. Cita o caso de um goês já acima citado e que foi seu professor no liceu, e até pouco antes da libertação de Goa dirigente dos serviços de Informação em Goa. Sabemos como também em Portugal estes serviços funcionaram muito ligados com os serviços de controlo político. Pode-se ler sobre este seu papel de um lacaio colonial (*petty hireling*) nas memórias de Tristão Bragança-Cunha, *Goa's Freedom Struggle*, Bombay, 1961, p. 400. Fixou-se com a família em Portugal antes do desfecho militar em Goa. Em 1961 acabava de sair a primeira novela *O Signo da Ira* do escritor goês Orlando da Costa. Fora premiada com Prémio Malheiros, mas não chegou a ser feita a entrega do prémio graças a uma denúncia deste conterrâneo que foi saber dos responsáveis da Agência Geral das Colónias se eram cegos para permitir a publicação daquele tipo de novela nas vésperas da queda de Goa. É o que me foi contado pelo próprio escritor e vítima numa conversa privada e ao oferecer-me um exemplar da nova edição daquela obra.

²⁹ *Ibid.*, 169-170.

ideais dos «combatentes da liberdade». A mais recente experiência do Dr. Martins foi a sua prisão há poucos anos, em 2001. É uma fase mais contemporânea das lógicas imperiais que posso aqui cotar! Numa reportagem na revista cultural goesa *Goa Today*, do mês de Junho deste mesmo ano, sob a epígrafe «Dejá vu Days?» escrevia o jornalista Vinayak Naik, que a situação política de Goa fazia lembrar os tempos coloniais de Goa em que se temia criticar o governo com o medo de castigos e perseguições políticas. Refere o caso de Dr. Francisco José Martins que, com 82 anos de idade, foi quase arrastado pela polícia da sua casa sem lhe dar tempo ainda para vestir uma camisa. A acção policial foi desencadeada após uma senhora hindu, de nome Bugde, ter acusado o Dr. Martins de não a deixar entrar na sua plantação de cajueiros e de lhe ter causado dano material de 10,000 Rupias (equivalente aproximadamente a •200). Enquanto o caso se remetia ao tribunal, os representantes da Associação dos “*Freedom Fighters*” entraram em greve de fome perante o monumento em que se guarda a urna com as cinzas de Tristão Bragança-Cunha, no Largo da Liberdade (*Azad Maidan*) em Panjim. Das informações que consegui colher, segundo uma declaração pública da junta da freguesia, a queixosa mantinha uma construção ilegal na propriedade do Dr. Martins, mas com patrocínio de dois políticos do partido BJP (*Bharatiya Janata Party* = Partido Popular Indiano) que tinha as rédeas do governo de Goa, nesta altura queria estabelecer os seus direitos de ocupação.

Poucos dias após o incidente, o ministro-chefe de Goa presidia às comemorações de 18 de Junho [comemoração do protesto civil dirigido por Ram Manohar Lohia em 1946] e quis ser politicamente correcto ao pedir perdão pela violência praticada pela polícia ao efectuar a prisão do Dr. Martins. No Estado em que a democracia está reduzida a jogos de poder e corrupção, o partido BJP, que também detinha o poder no governo central em Nova Deli, queria firmar-se no poder em Goa, procurando convencer a população goesa que estava decidido a agir contra todas as expressões de corrupção. O governo dera ordens de detenção contra três ex-ministros dos governos anteriores, dois deles Hindus e um Católico. Enquanto o público admirava a mão dura do governo, desconfiava da sua seriedade em encontrar qualquer indício de corrupção no seu próprio partido. Algumas decisões administrativas muito recentes, tais como o recrutamento de polícias de entre os seus sectários, e a entrega de quase 50 escolas primárias, que foram declaradas financeiramente inviáveis, a uma cooperativa educativa de BJP, levaram o público a desconfiar ainda mais da existência de uma estratégia do partido no poder para destruir a oposição política

e para criar bases sociais para neutralizar a força educacional da Igreja católica que controla uma grande parte do ensino primário e secundário em Goa.

Temos assim mais uma ilustração dos processos contemporâneos das lógicas imperiais. A ligação entre o presente e o passado fê-la o próprio Dr. José Francisco Martins quando prestou uma declaração aos jornalistas e que aparece publicada na revista já citada: «Nem o governo fascista dos portugueses tratou os prisioneiros tão mal (...) Se eu soubesse que chegaríamos a esta situação num Estado democrático, não teria lutado pela liberdade» [*«not even the fascist regime of the Portuguese treated prisoners so badly.... Had he known that such would be the state of affairs in a democratic state, he would never have fought for the freedom»*].³⁰

Panthasth (Panaji (Goa), Rajhauns Publishers, 2000) é a obra do quarto goês que participou no movimento da libertação de Goa. A sua luta mais importante tem sido pela recuperação da língua Concani. É uma figura de destaque entre os escritores goeses em Concani. Contribuiu muito para o reconhecimento de Concani como a língua oficial do Estado de Goa. Neste livro, conta as suas memórias e experiências quando tinha 21 até 23 anos de idade, quando participou nos protestos políticos (*satyagraha*) inaugurados por R.M. Lohia em Margão em 18 de Junho de 1946. Diz-nos como chegou a apreciar a importância de defender os interesses linguísticos dos goeses. «Uma língua mãe sustenta um povo sem ele ter que aprendê-la!» Reconhece o papel de um outro pioneiro e literato goês, Varde Valaulikar (mais conhecido por Shenoy Goembab), na sua caminhada intelectual em prol do Concani.

A obra não pretende ser uma autobiografia, e prefere defini-la como «memórias de um caminhante» (peregrino = *panthasth*) no processo histórico de resistência ao colonialismo. Revela os conflitos internos dos goeses e o conflito de personalidades que queriam protagonizar a luta de libertação. Acentua este factor como responsável pela incapacidade de conseguirem um maior apoio de Mahatma Gandhi. Parece convencido de que, se não houvesse essas dissensões internas, teriam mais apoio de Gandhi e a libertação política de Goa teria sido possível muito antes de 1961.

Enaltece o papel exercido por alguns católicos, como Luis de Menezes Bragança, a sua filha Berta, o seu primo Tristão Bragança Cunha, e Evágrio Jorge, todos eles mal-vistos pelos goeses católicos «presos» na teia ideológica

³⁰ *In Search of Self-Fulfilment*, p. 297: Refere à sua conferência em português na ocasião da visita do Presidente Mário Soares em 1994. Disse que conheceu soldados e oficiais portugueses na prisão de Aguada como opositores da ditadura portuguesa.

da Igreja afecta ao sistema colonial. Afirmar que a impressão que prevalecia entre os combatentes pela liberdade era de que somente os hindus eram patriotas, e que os cristãos todos eram como Froilano de Melo!³¹ Descreve a arrogância dos «mestiços» (*descendentes*) e dos oficiais brancos que se preocupavam muito em agradar a Salazar. Ilustra as suas afirmações com vários casos concretos que presenciou.

Curiosamente, Ravindra Kelekar dedica um bom número de páginas da parte final (pp. 164-206) ao assassinato de Humberto Delgado. O papel de Casimiro Monteiro é posto em especial destaque, porque este agente de PIDE marcou a vida de todos os combatentes pela liberdade em Goa, na fase final. O interesse do autor em narrar o caso é outro: «Quero que os goeses que lutaram pela liberdade saibam que também os portugueses sofreram sob a dominação “pidesca” do Estado Novo.» E deixa um conselho aos Goses: «Temos que reatar os laços de amizade com os Portugueses livres, e não transferir contra todo o povo português a nossa ira dos tempos de Salazar. Portugal de hoje não é Portugal de Salazar, e é importante conhecermos melhor este Portugal.»

Acho que todos os interessados no processo de «libertação» de Goa deveriam conhecer os autores goeses que escrevem em Concani [em devanágico como neste caso], especialmente os autores como Ravindra Kelekar, que representam uma geração dos goeses hindus, que não só lutaram pelos ideais patrióticos contra o colonialismo, mas continuam a ser a consciência de liberdade contra os abusos de democracia pós-colonial em Goa.

Once more upon a time é um livro que conta as memórias de Pascoal J. Menezes (1910-1998) que conseguiu criar um vasto complexo empresarial a partir de uma farmácia do seu pai. A empresa é o «CMM Group of Companies» com um capital social superior a 2500 milhões de rupias, com 10 unidades de produção de medicamentos e cosméticos, um hospital, agência de viagens, e vários pontos de distribuição de electrodomésticos e outros produtos, mas mantendo sempre a sua cadeia inicial de farmácias. Continua a ser uma empresa familiar, mas com um alto nível de gestão profissional. Pascoal morreu recentemente, mas no registo que deixou conta com orgulho que, com a excepção de cigarros, álcool, carros e bombas atómicas, ele vendeu tudo. E também buracos! Buracos foram o que ele vendeu a uma firma exportadora de pérolas venezuelanas. Furar as pérolas era a parte mais cara do negócio, e Pascoal Menezes entrou no negócio com esta operação de grande risco. Encontrou

³¹ Ravindra Kellekar, *Panthasth*, p. 29. Froilano de Melo foi um médico insigne em Goa, e foi deputado de Goa no Parlamento em Lisboa. Deixou o país e exilou-se para Brasil quando o Estado Novo não aceitou bem a sua proposta de autonomia para Goa.

umas senhoras em Rajastão, no norte da Índia. Eram profissionais por tradição neste tipo de obra. Com pouco custo trouxeram enormes lucros para a empresa de CMM. Mas o que deu o empurrão decisivo aos negócios de Pascoal Menezes foi a sua capacidade de furar o bloqueio económico imposto pela União Indiana. O governo português tinha decidido fazer uma ligação aérea de Goa com Damão, Diu e Carachi. CMM comprou o monopólio de venda da carreira. A empresa abriu um escritório em Carachi e Pascoal, recebeu um passaporte diplomático e bilhetes de borla para quantas deslocações fossem necessárias. A partir das suas vendas de instrumentos de rádios e gramafones, Pascoal teve a ideia de montar um transmissor de Philips para a Emissora de Goa permitindo ao Governo de Goa iniciar a sua campanha de contra-informação. CMM pagou os custos de um outro aparelho de emissão sob condição de fazer a sua publicidade comercial sem restrições. Durante a invasão de Goa, a emissora foi atingida pelo bombardeamento aéreo indiano. As tropas indianas retiraram os aparelhos de transmissão, mas afundaram-se no rio Mandovi, durante o transporte. A empresa CMM meteu um processo contra o Governo da Índia e ganhou o caso. Recebeu os custos do transmissor e mais os juros. Mas o que o livro não conta, mas conta o público em Goa, é que a facilidade de transporte aéreo foi muito bem utilizada pela empresa CMM para contrabando de ouro.

Se deixei este caso para o fim, é somente para concluir que os processos contemporâneos relacionados com as lógicas imperiais não têm que ser vistos sempre como necessariamente conflituosos. CMM ilustra como estes processos podem ter uma continuidade de interesses. Conta o livro de memórias de Pascoal Menezes que, em 1991, quando os empregados do Banco Nacional Ultramarino foram devolver a Goa o ouro que Portugal tinha confiscado na altura da invasão de Goa, levavam uma carta de agradecimento a Pascoal Menezes. Nesta carta, o Banco exprimia a sua gratidão por um gesto seu, em 1961: Ele tinha pago uma fiança de 5000 rupias para obter a liberdade de cinco oficiais do Banco detidos pelas autoridades indianas em Goa. O Banco prometia-lhe, nesta carta, toda a assistência que pudesse prestar durante as suas visitas a Portugal. Fui uma vez convidado por David, irmão mais novo de Pascoal Menezes, também já falecido, para visitá-lo no apartamento que Pascoal Menezes adquiriu na Rua da Junqueira (Lisboa) em 1960. Lá continuam a morar os descendentes de Pascoal Menezes durante as suas visitas a Lisboa. O livro confirma que o Banco Nacional Ultramarino punha sempre um carro à disposição de Pascoal Menezes logo que ele chegasse ao aeroporto de Lisboa e enquanto por cá continuasse.³²

³² Ivan Arthur, *Once More upon a Time*, pp. 53, 130-137, 203,